



Câmara Municipal de
Itatiba

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO PARA VAGAS E
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
EDITAL Nº 01/2022

AGENTE DE SEGURANÇA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **09 (nove) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **40 (quarenta) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 10 (dez) questões, Noções de Informática 05 (cinco) questões, Legislação 05 (cinco) questões e Conhecimentos Específicos 20 (vinte) questões.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 03 (três) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **01 (uma) hora após seu início.**
- XII O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de 02 (duas) horas do início da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.



Boa Prova!



Câmara Municipal de
Itatiba

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:							ASSINATURA DO CANDIDATO:							INSCRIÇÃO:					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto abaixo para responder as questões 1 e 2.

“A salada ficou salgada: preços da cenoura, tomate e alface dispararam; veja maiores altas de preços em 12 meses.

Gasolina exerceu maior influência de alta sobre a inflação de abril, mas preços de alguns alimentos lideram ranking dos itens que mais subiram nos últimos 12 meses.

A cenoura ficou 178% mais cara. O tomate, 103%. Até o preço da alface disparou, com alta de 45% nos 12 meses até abril. E a saladinha do brasileiro ficou salgada – e pesada para o bolso.

A gasolina foi o item que mais contribuiu, sozinho, para a inflação de abril, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (11) pelo IBGE. Mas foram os alimentos que lideraram o ranking das maiores altas em 12 meses.”

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/11/a-salada-ficou-salgada-precos-da-cenoura-tomate-e-alface-dispararam-veja-maiores-altas-de-precos-em-12-meses.ghtml> - Acesso em 12/05/2022

1) Com base na leitura deste pequeno trecho de texto, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que indica as informações que estão presentes nele.

- I. O título do texto se refere ao tempero da salada nas casas dos brasileiros.
- II. A partir da análise da porcentagem dos aumentos, podemos concluir que o aumento do tomate chega a ser cerca de 50% maior do que o da cenoura.
- III. Mesmo com o grande aumento do combustível, a alta dos alimentos ainda continua sendo destaque para a inflação.
- IV. A alta do preço da alface chega a ser o dobro da dos demais alimentos destacados.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas.
- b) I e IV apenas.
- c) II e III apenas.
- d) II e IV apenas.

2) O trecho acima mencionado pertence a um tipo textual específico, que pode ser identificado a partir de suas características estruturais e, também, de sua organização temática. A partir dessa leitura é possível caracterizar o texto como:

- a) se trata de uma crônica, pois anuncia com ironia as informações apresentadas.
- b) este trecho é de uma reportagem, pois apresenta informações de dados reais para os leitores.
- c) por ser um texto narrado em forma de parágrafos se aproxima de um conto.
- d) é um texto organizado em estrofes, o que o enquadra em um poema.

3) A mudança da escrita de algumas palavras pode tornar um texto errado segundo a norma culta. Isso ocorre porque há alteração ortográfica em alguns termos, o que também muda o seu significado. A partir disso, assinale a alternativa que apresenta a frase em que **não** há erro de ortografia.

- a) O professor não o porque eu faltei ontem.
- b) O estudante solicitou dispensa da disciplina, pois já estudou este conteúdo.
- c) A solicitação do candidato foi diferida pelo atendente.
- d) A informação apresentada na reportagem é um sinal de descriminação racial.

4) Com base no novo acordo ortográfico, assinale a alternativa que **não** apresenta erro de acentuação gráfica.

- a) juiz, onomatopéia, consequência, (eles) tem.
- b) juiz, onomatopéia, consequência, (eles) têm.
- c) juíz, onomatopeia, consequência, (eles) tem.
- d) juiz, onomatopeia, consequência, (eles) têm.

5) Em toda construção de textos, a colocação das palavras em determinadas posições exerce papéis diferentes. A partir da leitura do texto abaixo, identifique a alternativa que relaciona corretamente a classificação das palavras em destaque com a sua função.



O MEC e o Sebrae juntos ajudando você a construir o seu futuro!

Com essa parceria, queremos te ajudar a desenvolver competências técnicas e socioemocionais para você exercer sua autonomia e tomar decisões de forma responsável, ética e sustentável.

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreende/dora/parceriamec> - acesso em 12/05/2022

- I. O substantivo **MEC** exerce a função de objeto direto.
- II. O substantivo **Sebrae** tem a função de sujeito da frase.
- III. O verbo **construir** é um verbo intransitivo.
- IV. O substantivo **futuro** tem a função de objeto direto na frase.

Assinale a alternativa que apresenta correta relação entre classes de palavras e sua função no texto.

- a) II e IV apenas.
- b) I e IV apenas.
- c) II e III apenas.
- d) III e IV apenas.

6) A utilização do sinal indicativo de crase deve obedecer a algumas regras determinadas pela gramática da Língua Portuguesa. Com base nesta regra, assinale a alternativa que apresenta a correta aplicação da crase.

- a) A reunião começa à partir das 9h.
- b) Meu amigo me comparou à sua prima preferida.
- c) No mês passado eu fui à casa dos meus avôs no interior do estado.
- d) Quando faço este comentário refiro-me à estudo.

7) Na construção sintática da Língua Portuguesa encontramos algumas figuras sintáticas, entre elas, a Elipse. Analise as afirmativas abaixo e selecione em que encontramos esta figura.

- I. Andei o dia inteiro para encontrar o livro.
- II. A mim me parece estranha sua colocação.
- III. Esta noite eu escolhi comer um lanche, meu filho uma salada.
- IV. Terminou o curso de inglês mais cedo hoje

Assinale a alternativa que apresenta somente elipse.

- a) II e III apenas.
- b) I e IV apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) I e III apenas.

8) Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que não apresenta erro de pontuação.

"A Finlândia deve solicitar a adesão à Otan sem demora. Esperamos que as medidas nacionais ainda necessárias para essa decisão sejam tomadas rapidamente dentro dos próximos dias" disseram o presidente do país Sauli Niinisto e a premiê Sanna Marin numa declaração conjunta hoje "Ser membro da Otan fortaleceria a segurança da Finlândia...."

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/05/12/russia-otan-ucrania-guerra.htm?cmpid=copiaecola> - acesso em 12/05/2022

- a) "A Finlândia deve solicitar a adesão à Otan sem demora. Esperamos que as medidas nacionais ainda necessárias para essa decisão sejam tomadas rapidamente dentro dos próximos dias", disseram o presidente do país, Sauli Niinisto, e a premiê Sanna Marin numa declaração conjunta hoje. "Ser membro da Otan fortaleceria a segurança da Finlândia...."
- b) "A Finlândia deve solicitar a adesão à Otan sem demora. Esperamos que as medidas nacionais ainda necessárias para essa decisão sejam tomadas rapidamente dentro dos próximos dias" disseram o presidente do país, Sauli Niinisto, e a premiê Sanna Marin numa declaração conjunta hoje "Ser membro da Otan fortaleceria a segurança da Finlândia...."
- c) "A Finlândia, deve solicitar a adesão à Otan sem demora. Esperamos que as medidas nacionais ainda necessárias, para essa decisão sejam tomadas rapidamente dentro dos próximos dias", disseram o presidente do país, Sauli Niinisto, e a premiê Sanna Marin numa declaração conjunta hoje. "Ser membro da Otan fortaleceria a segurança da Finlândia...."
- d) "A Finlândia deve solicitar a adesão à Otan sem demora. Esperamos que as medidas nacionais ainda necessárias para essa decisão, sejam tomadas rapidamente dentro dos próximos dias", disseram o presidente do país, Sauli Niinisto, e a premiê, Sanna Marin numa declaração conjunta hoje. "Ser membro da Otan fortaleceria a segurança da Finlândia...."

9) Um dos cuidados que devemos ter ao escrever qualquer texto obedecendo à norma culta diz respeito à concordância. Com relação a este tópico, assinale a alternativa que apresenta correta concordância nominal e verbal.

- a) Alunos e alunas boas sempre comparecem às aulas.
- b) O texto apresentado na aula nos trouxe excelentes informação e conhecimentos.
- c) A maioria dos concluintes este presente na aula de hoje.
- d) Nesta palestra estiveram presentes a maioria dos inscitos.

10) Analise as afirmativas abaixo e assinale a que apresente correta aplicação dos verbos.

- I. Se eu dissesse a verdade ele não voltaria a conversar comigo.
- II. Quando você fazer a correção do texto me avise, por favor.
- III. Os livros tem excelente qualidade.
- IV. Quando eu vir a diretora falarei com ela.

Assinale a alternativa correta.

- a) II e III apenas.
- b) I e IV apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) III e IV apenas.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11) Muitas vezes, quando acessamos um site na Internet, nos deparamos com as mensagens a seguir. Este tipo de mensagem, embora ameaçadora, que dizer o que se descreve em:



- a) O site visitado utiliza HTTP ao invés de HTTPS
- b) O site visitado está infectado
- c) O site visitado é um site de Phishing
- d) O site visitado não está nos padrões estabelecidos pela ISO

12) Geralmente conseguimos saber, através da extensão de um arquivo (exemplo: jack.com | .com é a extensão), qual software foi utilizado para elaborá-lo. Dentro deste tópico temos os arquivos que podem ter vários quadros animados, e isso permite que eles funcionem como pequenos vídeos leves e repetitivos. Estes arquivos recebem a extensão:

- a) JSEG
- b) PNP
- c) JNP
- d) GIF

13) Nos equipamentos desktop com o Sistema Operacional Windows, temos o que chamamos de Command Prompt. Esta é uma forma de interagir com o Sistema Operacional de uma forma não gráfica. A estrutura visível ao usuário que adentrar no Sistema Operacional desta forma apresenta as seguintes propriedades.

- I. Tipo Diretório.
- II. Tipo 32 ou 64 bits.
- III. Data Criação/alteração.
- IV. Hora Criação/Alteração.
- V. Nome Arquivo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) III e IV apenas
- b) I, III, IV e V apenas
- c) I, III e V apenas
- d) I, II, III, IV e V

14) São programas de software ou dispositivos de hardware que tem o poder de examinar e filtrar informações trafegadas de uma conexão de usuários com a Internet. Estes programas representam a primeira linha de defesa, visto que podem impedir que um programa ou invasor mal-intencionado obtenha acesso à sua rede e informações antes que qualquer dano potencial seja causado. A estes programas damos o nome de:

- a) Antivírus
- b) Antispyware
- c) Firewall
- d) VPN

15) Um comerciante está tendo que criar uma forma de referenciar o peso x valor da mercadoria. Para tanto ele criou que segue, onde, a partir dos dados da embalagem (pacote) ele tem uma referência em peso versus valor na mesma proporção. A fórmula que ele deve colocar na célula D2, e em seguida arrastar para as demais células é a indicada na alternativa:

	A	B	C	D
	GRÃO	PACOTE (Em gramas)	Preço PACOTE	Valor Quilo
1				
2	FEIJÃO	1000	R\$ 8,90	R\$ 8,90
3	ARROZ	2000	R\$ 14,40	R\$ 7,20
4	MILHO	500	R\$ 7,80	R\$ 15,60
5	ERVILHA	300	R\$ 4,90	R\$ 16,33
6	LENTILHA	300	R\$ 7,20	R\$ 24,00
7	AVEIA	400	R\$ 5,40	R\$ 13,50
8	CENTEIO	200	R\$ 9,10	R\$ 45,50
9	GRÃO-DE-BICO	500	R\$ 5,10	R\$ 10,20
10	TRIGO	250	R\$ 8,30	R\$ 33,20

- a) $= (C2/1000)*B2$
- b) $= (C2/B2)*1000$
- c) $= (\$C\$2/1000)*\$B\2
- d) $= (\$C\$2/\$B\$2)*1000$

LEGISLAÇÃO

16) Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 59, e o art. 32, da Lei Orgânica do Município de Itatiba/SP, o processo legislativo compreende a elaboração de uma variada gama de normas, que vão desde as Emendas à Constituição, até os Decretos Legislativos e as Resoluções, ou seja, existem diversas espécies normativas compondo o Ordenamento Jurídico Brasileiro (normais federais, estaduais, distritais e municipais), de modo que cada uma das normas que compõe o citado ordenamento, possui uma dada finalidade que, em muitos casos, é determinada pela própria Constituição Federal e/ou Lei Orgânica Municipal. A partir dessas corretas afirmações, assinale a alternativa que determina a espécie normativa por meio da qual o Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Itatiba/SP se organiza.

- a) Lei Delegada
- b) Lei Complementar
- c) Lei Ordinária
- d) Resolução

17) Acerca das funções da Câmara Municipal de Itatiba/SP, descritas em seu Regimento Internado, analise as afirmativas abaixo, e assinale aquela que julgar estar **incorreta**.

- a) Segundo se depreende do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itatiba/SP, a FUNÇÃO LEGISLATIVA da citada Câmara Municipal, tem por finalidade deliberar, por meio de leis, decretos legislativos e resoluções, sobre todas as matérias de competência do Município
- b) Se de um lado a FUNÇÃO DE ACESSORAMENTO da mencionada Câmara Municipal, consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, nos termos do Regimento Interno, de outro sua FUNÇÃO ADMINISTRATIVA é restrita à sua própria organização interna, bem como a regulamentação de seu funcionalismo, a estruturação e a direção de seus serviços auxiliares
- c) A FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA, realizada pela Câmara Municipal de Itatiba/SP será exercida, nos termos descritos em seu Regimento Interno, com auxílio do Tribunal de Contas da União Federal, compreendendo, dentre outras atribuições, a apreciação das contas do exercício financeiro que forem apresentadas pelo Prefeito Municipal
- d) Segundo dispõe o supracitado Regimento Interno da Câmara Municipal de Itatiba/SP, a FUNÇÃO DE CONTROLE possui caráter político-administrativo e será exercida em face do Prefeito, de seus Secretários, Coordenadores, Diretores, da Mesa do Legislativo e dos Vereadores, não se exercendo, contudo, face aos agentes administrativos que porventura estejam sujeitos à ação hierárquica

18) Dentre as PRERROGATIVAS do (a) Vereador (a) descritas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Itatiba/SP, não está descrito que:

- a) poderá o (a) Vereador (a) usar da palavra durante as sessões deliberativas
- b) poderá o (a) Vereador (a) se licenciar, mesmo atendidas as determinações legais para tanto
- c) poderá o (a) Vereador (a) apresentar proposições para deliberação
- d) poderá o (a) Vereador BB(a) ocupar cargos, nos termos regimentais, nos órgãos internos da Câmara

19) Conforme determina a Lei Orgânica do Município de Itatiba/SP, o Município possui competência suplementar às legislações Estadual e Federal, bem como competência para legislar acerca de assuntos de interesse local. Sabendo disso, são atribuições do citado município nos termos de sua Lei Orgânica:

- a) elaborar o Plano Diretor Municipal
- b) sinalizar as vias públicas urbanas e as estradas municipais e as estaduais
- c) promover e incentivar o turismo local, regional e nacional, haja vista se tratar de um ente da federação brasileira
- d) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, tais como o ICMS

20) Segundo o art. 6º da Lei Orgânica do Município de Itatiba/SP, “o Poder Municipal pertence ao Povo do Município, que o exerce através de representantes eleitos, ou diretamente (...)”. Acerca do exercício direto do poder popular nos termos descritos acima, a citada Lei Orgânica diz se tratar de exercício direto do poder do povo, exceto:

- a) o sufrágio universal, por meio do voto direto e secreto
- b) a iniciativa cidadã em projetos de lei
- c) a participação em plebiscitos e referendos
- d) a participação em audiências públicas promovidas pelos poderes municipais (Executivo; Legislativo e Judiciário)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) Segundo o Código Penal Brasileiro, logo em seu art. 1º, “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. A partir dessa determinação e considerando o definido para os Crimes Contra a Vida (Capítulo I, do Título I, do Código Penal Brasileiro), analise as afirmativas abaixo.

- I. O crime de homicídio, definido pelo tipo penal “matar alguém”, será sempre majorado (terá causa de aumento de pena) nas hipóteses de ter sido praticado por milícia privada ou grupo de extermínio.
- II. Quando alguém, possuindo vontade de tirar sua própria vida, realiza tal conduta, consubstanciando sua vontade inicial por palavras de outra pessoa, não haverá fato criminoso a ser punido.
- III. Acerca das condutas que configuram o Crime de Aborto, é preciso destacar que o Código Penal, expressamente, determina não ser típico o aborto necessário, o aborto no caso de gravidez resultante de estupro e, por fim, o aborto nos casos de fetos anencéfalos.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) III apenas

22) Acerca dos Crimes Contra o Patrimônio, determinados pelo Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Realizar a conduta descrita socialmente como “gato de energia elétrica”, pode ser percebido como uma conduta tipicamente criminosa, haja vista o fato de que para a legislação penal pátria, equiparam-se aos bens móveis, a energia elétrica
- b) Caso o bem furtado seja considerado de pequeno valor, e não sendo aplicado no contexto o princípio da insignificância ou bagatela, nos termos da lei penal brasileira, poderá o magistrado aplicar ao apenado, somente e pena de multa
- c) Incorrerá no tipo penal de Roubo, conforme definido pela legislação penal brasileira, todo aquele que, por meio de violência, conseguir subtrair um bem móvel de outrem, com a finalidade de destiná-lo a terceira pessoa
- d) Será considerado Crime de Dano, em sua modalidade simples, a conduta do agente em Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa que componha o patrimônio de uma Sociedade de Economia Mista, representante essa da Administração Pública Indireta

23) Sempre que uma dada sociedade esteja diante de contextos sociais de muita dificuldade econômica, é discutido pela literatura mais especializada, que poderá haver um acréscimo nos crimes, ou seja, nas condutas consideradas desviantes. Dentre os crimes que porventura sofrerão uma possível alta decorrente do contexto social e econômico da citada sociedade, estão aqueles que se comentem face ao patrimônio de outrem. Portanto, é possível concluirmos que a dificuldade econômica se fazendo presente na vida e no cotidiano das pessoas, é possível que daí surja um aumento do quantitativo dos crimes como furto, roubo, extorsão, dano e outros crimes contra o patrimônio. Sabendo disso, e analisando a conduta delitiva do Estelionato, tal como determinado pela legislação penal brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) Nas mesmas penas previstas para o tipo penal do Estelionato incorrerá todo aquele que destruir, ainda que parcialmente, patrimônio seu, com o objetivo de receber para si, o valor referente ao seguro
- b) Caso Fulano, ao realizar o pagamento a Ciclano, pelo trabalho de jardinagem realizado em sua residência, o faça mediante a emissão de cheque, que saiba não possuir suficiente provisão e fundos, poderá responder pela conduta descrita como estelionato por fraude na emissão de cheque sem fundos, ainda que a conduta tenha se dado por culpa de Fulano
- c) Todo aquele que vier a obter para si uma vantagem considerada pela legislação pátria como sendo de natureza ilícita, tendo para tanto, prejudicado alguém ao induzi-lo ao erro, por meio fraudulento, incorrerá no que o Código Penal tipifica como Estelionato
- d) Ciclano de Tal, querendo se safar da execução de uma dívida que possui com Beltrano, pratica a conduta de, por meio de negócio jurídico simulado, dar origem a dívidas anteriores àquela que enseja a citada execução, para que, com isso, deixe de arcar com os valores da execução ao alegar que possui dívidas anteriores, com outros credores. Caso tal conduta se efetivasse na prática, não estaríamos diante de nenhum tipo de conduta estelionatária

24) Um dos Títulos mais importantes do Código Penal, especialmente nos últimos anos em nosso País, é o Título XI que disciplina os Crimes cometidos contra a Administração Pública. A partir da importância de tal disciplinamento, tanto para regradar penalmente o modo como o particular se relacionará com a administração pública e seus agentes, quanto para estabelecer as diretrizes para o relacionamento também dos próprios servidores públicos frente a coisa pública, analise os tipos penais abaixo e assinale aquele que não diz respeito a uma conduta descrita pelo Código Penal como um Crime contra a Administração Pública.

- a) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de descaminho
- b) Constranger alguém a fazer alguma coisa, mediante grave ameaça, com o objetivo de alcançar com tal conduta, vantagem econômica indevida para alguém de sua família
- c) Retardar indevidamente ato de ofício para satisfazer interesse pessoal
- d) Exigir para o benefício de outrem, ainda que indiretamente, em razão de exercício de função pública, vantagem indevida

25) Dentre as condutas que se configuram como crimes contra a Administração Pública, cometidos por funcionários públicos, talvez o mais conhecido e debatido seja o que o Código Penal Brasileiro chamou de Peculato. A partir de então, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Peculato mediante erro se dará sempre que o funcionário público se apropriar, no exercício de seu cargo público, de dinheiro de terceiro que, por ignorância ou descuido seu, acabou entregando àquele referida valor.
- () Será culposa a conduta descrita como Peculato, sempre que o agente público incorrer, dentre outras, em negligência. E mais, se esse mesmo agente, vier a reparar o dano que causou antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, terá extinta sua punibilidade.
- () Peculato Solicitação se dará quando o funcionário público, em razão de sua função pública, solicitar para si, mesmo que indiretamente, promessa de vantagem indevida.
- () Configurar-se-á Peculato Apropriação aquela conduta do funcionário público em apropriar-se de bem móvel particular, cuja posse está contigo em razão do cargo público que exerce, tirando daí, proveito que pode ser seu ou de familiar.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V - F
- b) F - V - V - V
- c) V - F - F - V
- d) V - V - F - V

26) Dentre as condutas descritas abaixo, assinale aquela que não se refere a um tipo penal praticado por particular contra a Administração Pública

- a) Resistência
- b) Concussão
- c) Desobediência
- d) Tráfico de Influência.

27) Thor, conhecido guarda de trânsito municipal de Capetinga/MG, se dirigiu em um dia de folga, à Secretaria de Educação do citado município para questionar todos aqueles envolvidos com a distribuição das vagas nas escolas públicas municipais do bairro onde reside, acerca da impossibilidade de matrícula de seu filho na escola mais próximo de sua residência. Contudo, chegando lá, Thor passou a insultar Natasha, a estagiária que estava lhe atendendo, usando para tanto de palavras de baixo calão e, inclusive, dizendo que iria lhe perseguir para autuá-la (multa de trânsito) quando estivesse de serviço, pois lhe conhecia e sabia onde a mesma estacionava seu veículo durante as aulas noturnas da faculdade que estava cursando. Acerca da conduta de Thor face a Natasha, durante sua estadia na Secretaria de Educação do supracitado município, temos que o mesmo cometeu, dentre as condutas criminosas abaixo, o crime de:

- a) tráfico de influência
- b) corrupção ativa
- c) desacato
- d) usurpação de função pública

28) Acerca da Constituição Federal de 1988, especialmente em seu Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, de seu Capítulo III – da Segurança Pública, analise as afirmativas abaixo.

- I. Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- II. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- III. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas, compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.
- IV. A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, estaduais, distritais e municipais, sendo que, nesse último caso, somente quando as rodovias federais atravessarem os grandes centros urbanos do país (aquelas cidades identificadas pelo IBGE como metrópoles).

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I, III e IV estão incorretas
- b) Apenas a afirmativa IV está incorreta
- c) Apenas a afirmativa II está incorreta
- d) Apenas as afirmativas I e IV estão incorretas

29) Pessoa Jurídica, conhecida como Carvão Vegetal E.P.P., foi denunciada pelo Ministério Público do Estado em que atua, pela prática de crime ambiental, haja vista ter feito o corte de árvores no âmbito de área de proteção permanente, cuja destinação foram os inúmeros fornos carvoeiros em que a citada Pessoa Jurídica produz o carvão que comercializa. A partir desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) A citada Pessoa Jurídica responderá penalmente pelo crime praticado, tendo em vista que tanto a Constituição Federal, quanto a Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) preveem tal possibilidade
- b) A citada Pessoa Jurídica não responderá penalmente pelo crime praticado, tendo em vista que em hipótese alguma o ordenamento jurídico brasileiro permite a punição de pessoas jurídicas
- c) A citada Pessoa Jurídica responderá pelo crime ambiental praticado somente se a denúncia tiver sido realizada nos 6 meses posteriores à prática da conduta delitiva por seus agentes
- d) A citada Pessoa Jurídica não responderá penalmente pelo crime praticado, pois se trata de crime ambiental, e as Pessoas Jurídicas só respondem penalmente em nosso país, pela prática de crimes tributários

30) Existem situações em que a legislação penal exclui a responsabilidade do agente pela prática de uma conduta que, em princípio típica, esteja junto àquelas que porventura possam configurar crime, tal como ocorre, por exemplo, quando o Código Penal chama a atenção para o fato de que mesmo sendo típico, o homicídio praticado em legítima defesa, não é ilícito. A partir dessa mesma racionalidade, assinale a alternativa que, segundo a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/98), frente a prática de abate de animais, não pode ser entendida como uma causa de exclusão da ilicitude da referida conduta.

- a) Não é crime o abate de animal, quando realizado para saciar a fome da família do agente
- b) Não é crime o abate de animal, para proteger rebanhos da ação predatória de outros animais, ainda que pendente de autorização da autoridade competente
- c) Não é crime o abate de animal nocivo a integridade física dos seres humanos, tais como os animais peçonhentos
- d) Não é crime o abate de animal para a proteção de lavouras de sua ação predatória, desde que tal conduta seja considerada legal e esteja expressamente autorizado pela autoridade competente

31) Acerca dos princípios que fundamentam a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) sobre o que são Princípios da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

- () O respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos.
- () O uso comedido e proporcional da força.
- () A eficiência na repressão e na apuração das infrações penais.
- () A eficiência na prevenção e no controle das infrações penais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V - V
- b) F - V - V - F
- c) V - V - F - V
- d) F - F - V - V

32) Dentre os órgãos públicos listados abaixo, assinale aquele que não pode ser visto como integrante operacional do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), conforme determinado pela Lei 13.675/18, que instituiu o citado SUSP.

- a) Polícia Federal
- b) Polícia Rodoviária Federal
- c) Polícia Ferroviária Federal
- d) Guardas Municipais

33) A Lei 10.826/03, conhecida como Estatuto do Desarmamento, tem sido muito debatido em nosso contexto político e social recente. Acerca das determinações previstas em tal diploma normativo, inerentes ao regramento das armas de fogo em nosso país, assinale a alternativa correta.

- a) O comércio ilegal de arma de fogo, quando realizado frente a armas e munições de uso proibido ou restrito, possui causa de aumento de pena (majorante), conforme disciplina legal do Estatuto do Desarmamento
- b) Quando funcionário de Empresa de Transporte de Valores cometer o delito de Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido terá, nos termos previstos no Estatuto do Desarmamento, causa de diminuição de pena (minorante), haja vista o fato de já trabalhar manuseando arma de fogo o que diminui as chances de ocorrência de acidentes
- c) Caso o agente que cometeu o disparo ilegal de arma de fogo seja reincidente, independentemente se referida reincidência possua natureza específica em tal conduta delitativa, o mesmo terá causa de aumento de pena (majorante), nos termos previstos no Estatuto do Desarmamento
- d) Conforme a legislação penal brasileira, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, sendo que o dever de agir incumbe a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, de modo que proprietário de empresa de segurança que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda de arma de fogo, por ausência de previsão legal, não responderá pelo crime de Omissão de Cautela previsto no Estatuto do Desarmamento

34) A recente Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019), muito discutida política e socialmente nos últimos anos, determinou ser crime de abuso de autoridade, dentre outras condutas, o ato de decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais. Lado outro, complementou tal disciplina determinando que incorrerá na mesma pena toda aquela autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de deferir ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível. Assim, é possível dizermos que atualmente existe um maior regramento acerca do abuso de autoridade, haja vista o fato de que magistrados no exercício de suas funções jurisdicionais podem incorrer em condutas que deflagram, diferentemente do passado, abuso de autoridade. A partir do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Configurar abuso de autoridade de agente público, o ato de constranger detento, mediante redução de sua capacidade de resistência, a submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei
- b) Configurar abuso de autoridade de agente público, o ato de constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão do exercício de profissão, tem o dever de resguardar sigilo profissional
- c) Configurar abuso de autoridade de agente público, o ato de constranger depoente, prosseguindo com seu interrogatório, sempre que esse tenha decidido exercer o direito ao silêncio
- d) Configurar abuso de autoridade de agente público, o ato de constranger depoente, a prosseguir seu depoimento, ainda que na presença de seu defensor, sempre que o mesmo optar pela presença de defensor público ou advogado

35) A Constituição Federal de 1988 determina em seu art. 230, que “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. A partir de então, o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003), que veio regulamentar infraconstitucionalmente a citada norma constitucional, disciplinará em seu art. 3º, dentre outros aspectos, que “É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. Sendo assim, assinale a alternativa que não esteja em acordo com os diplomas legais destacados acima.

- a) É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor
- b) É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis
- c) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção se configura em um direito social, nos termos do Estatuto do Idoso, bem como de toda legislação vigente
- d) O Estatuto do Idoso, em atenção ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros, é uma legislação destinada a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos, sendo que dentre aqueles reconhecidos como idosos, será assegurada prioridade especial em relação aos demais idosos, aos maiores de 90 (noventa) anos

36) Nos termos do art. 28 da chamada Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), o “uso de drogas ilícitas” é considerado um tipo penal. Segundo a doutrina e a jurisprudência dominantes, o tipo penal destacado acima possui natureza *sui generis*, ou seja, é um tipo penal peculiar, diferente dos demais, pois em que pese ser considerado conduta criminosa, o uso de drogas ilícitas não possui a aplicação das penas convencionais, especialmente, da pena privativa de liberdade. A partir de então, e entendendo que o uso de drogas ilícitas é identificado pela legislação supracitada como uma conduta delitiva, analise as penas elencadas abaixo e assinale aquela que não aparece como possível de ser aplicada ao usuário de drogas ilícitas, conforme determinado pela Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).

- a) Advertência acerca dos efeitos das drogas
- b) Prestação de serviços à comunidade
- c) Medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo
- d) Multa

37) Segundo o que determina a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) acerca do crime definido como tráfico ilícito de entorpecentes, tem-se que as condutas que se subsumam ao tipo penal do tráfico podem ser descritas como: “Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”, tal como determina do art. 33, da citada legislação de drogas. Contudo, é sabido, que o termo droga não está totalmente definido nesta legislação, pois para identificarmos se uma substância se enquadra no que se convencionou chamar de droga, é preciso recorrermos a outras espécies de normatizações, responsável por definir e categorizar, quais são as drogas consideradas lícitas e quais serão consideradas ilícitas. A partir dessas informações, podemos dizer que o mencionado art. 33, da Lei de Drogas, que disciplina a conduta delitiva do tráfico ilícito de entorpecentes no país, é uma:

- a) norma penal em branco homogênea, norma penal em branco homovitelina, norma penal em branco imprópria, em sentido amplo ou homólogo
- b) norma penal em branco heterogênea, também chamada de norma penal em branco própria, norma penal em branco em sentido estrito ou norma penal em branco heterovitelina
- c) norma penal de tipo aberto, haja vista não apresentar a descrição típica completa, o que acaba exigindo do magistrado, uma atuação mais valorativa
- d) norma penal vermelha, haja vista inadmitir o que se convencionou chamar de tentativa cruenta, aquela que atinge o alvo pretendido pela conduta delitiva, se admitindo, contudo, a tentativa branca ou incruenta

38) Acerca da Lei de Drogas (Lei 11.343/06), analise as condutas descritas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Associarem-se 4 (quatro) ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, tráfico ilícito de entorpecentes, será considerado crime de formação de quadrilha para o tráfico, conforme disciplina estabelecida pelo Código Penal em combinação com a Lei de Drogas.
- () Médicos ou Enfermeiros poderão responder criminalmente, segundo a Lei de Drogas, por Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- () Caso um Bioquímico, que trabalhe em uma Droguaria de Manipulação, venha possuir, guardar ou fornecer, aparelhos destinados à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, em desacordo com determinação regulamentar de sua categoria profissional, cometerá crime descrito na Lei de Drogas.
- () Todo aquele que colaborar, como informante, com associação de pessoas, cuja destinação é a prática de tráfico ilícito de entorpecentes, responderá, quando processado, por associação para o tráfico, nos termos do art.29, do Código Penal, que assim determina: “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”, já que não existe um tipo penal específico para tal conduta nas disposições da Lei de Drogas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - F - V
- b) F - V - V - F
- c) V - F - F - F
- d) V - V - F - F

39) Segundo estabelece a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sempre que houver a verificação, numa situação qualquer, da existência de risco atual ou iminente à integridade psicológica de mulher em situação de violência doméstica e familiar, seu agressor será imediatamente afastado do local de convivência com a ofendida, o que se dará por meio de uma medida protetiva de urgência. A partir dessa possibilidade, tal como estabelecido na citada legislação, analise as afirmativas abaixo.

- I. O afastamento de que trata o caso acima, poderá ser realizado somente pela autoridade jurisdicional que tomar conhecimento do dito risco a integridade psicológica de mulher em situação de violência doméstica.
- II. O delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca, também poderá afastar, de imediato, o agressor que colocar em risco a integridade de mulher que com ele conviver familiarmente.
- III. Nunca será possível ao policial militar afastar, do convívio familiar de mulher em iminente e imediato risco a sua integridade física, seu agressor, ainda que o Município onde ocorrer tal fato, não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- IV. Nos casos de risco de não se tomar efetiva a medida protetiva de urgência, nos termos disciplinados pela citada Lei Maria da Penha, não será concedida liberdade provisória ao preso.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão incorretas
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão incorretas
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão incorretas

40) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) é considerado por muitos estudiosos do tema, um marco na efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente por replicar, como um de seus fundamentos, as determinações constitucionais acerca da proteção das crianças e adolescentes. Tal contexto pode ser identificado pela redação do art. 4º, da supracitada legislação, quando essa determina que: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Assim, podemos perceber que a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, deve ser entendida como um dever, não só do Estado, mas da sociedade e da família onde as crianças e adolescentes estiverem inseridas, de modo que podemos concluir que deve ser entendido, como um dever de todos, prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. Desse modo, assinale a alternativa que não está à luz das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

- a) É proibida a venda à criança ou ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida, tal como os jogos de azar, excetuados, nesse caso, os bilhetes da loteria, haja vista seus jogos serem legalizados no país
- b) As revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão, dentre outros, conter ilustrações ou anúncios de bebidas alcoólicas e tabaco, bem como deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família
- c) É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em motel ou estabelecimento congênere, exceto se estiverem com autorização dos pais ou responsáveis, ou ainda, se acompanhados destes
- d) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis, sem que para tanto, haja expressa autorização judicial, excetuando-se, dentre outras circunstâncias, a hipótese em que tal deslocamento se dê à comarca contígua àquela da residência da criança